



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM  
GABINETE DO CORREGEDOR

Ofício Circular n.º 065/2016 – CG/CJRMB Belém, 20 de maio de 2016.

Assunto: **Apresentação de Cartazes**

Referência: **Ofício Circular n.º 18/CN-CNJ/2016 – Protocolo SAPCOR n.º 2016.6.002731-5**

Senhor (a) Oficial (a),

Cumprimentando – o (a), e considerando o recebimento do Ofício Circular n.º 18 / CN-CNJ/2016, datado de 28 de abril de 2016, apresento os Cartazes para serem fixados nas Serventias de Registro de Civil da Região Metropolitana de Belém, a fim de dar conhecimento da edição do **Provimento n.º 52**, de 14 de março de 2016, da Corregedoria Nacional de Justiça, que regulamenta o registro civil de crianças geradas a partir de métodos de reprodução assistida como a fertilização *in vitro* e a gestação por substituição, mais conhecida como “barriga de aluguel”.

Atenciosamente,

Desembargadora **Diracy Nunes Alves**

Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém

**Destinatários: Cartórios de Registro Civil da Região Metropolitana de Belém.**

(crcc).



*Conselho Nacional de Justiça*

Corregedoria Nacional de Justiça  
Gabinete da Corregedoria

**Ofício Circular nº 18 /CN-CNJ/2016.**

Brasília, 28 de abril de 2016.

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)  
Corregedor(a) de Justiça

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Corregedor,

Trata o presente do Provimento nº 52, de 14 de março de 2016, da Corregedoria Nacional de Justiça, que regulamenta o registro civil de crianças geradas a partir de métodos de reprodução assistida como a fertilização *in vitro* e a gestação por substituição, mais conhecida como "barriga de aluguel".

Para informar a população desta importante novidade, estamos encaminhando os cartazes, em anexo, para que Vossa Excelência colabore com a distribuição e afixação nos cartórios de registro civil do seu estado e também para clínicas especializadas em reprodução humana.

Na certeza de poder contar com a valiosa colaboração de Vossa Excelência, renovo meus votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Ministra **NANCY ANDRIGHI**  
CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIARIO  
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA  
PROTOCCLO

NO .PROTOCOLO: 2016.6.002731-5

DATA . . . : 16/05/2016

CLASSE . : COMUNICADO

DESTINO : CHEFIA DE GABINETE



---



*Conselho Nacional de Justiça*  
**Corregedoria Nacional de Justiça**

**PROVIMENTO Nº 52, DE 14 DE MARÇO DE 2016.**

Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

**A CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA, MINISTRA NANCY ANDRIGHI**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

**CONSIDERANDO** o previsto no art. 227, § 6º, da Constituição Federal, e no art. 1.609 do Código Civil;

**CONSIDERANDO** as disposições do Provimento nº 13/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça, bem como da Resolução nº 175/2013 deste Conselho;

**CONSIDERANDO** o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em 05/05/2011, no julgamento conjunto da ADPF nº 132/RJ e da ADI nº 4277/DF, em que foi reconhecida a união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família, com eficácia erga omnes e efeito vinculante para toda a Administração Pública e os demais órgãos do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** o acórdão proferido pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 25/10/2011, no julgamento do REsp 1.183.378/RS, que garantiu às pessoas do mesmo sexo o direito ao casamento civil;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 2.121/2015, do Conselho Federal de Medicina, que estabelece as normas éticas para o uso de técnicas de reprodução assistida, tornando-a o dispositivo deontológico a ser seguido por todos os médicos brasileiros;

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformização em todo território nacional do registro de nascimento e da emissão da respectiva certidão para os filhos havidos por técnica de reprodução assistida, de casais heteroafetivos e homoafetivos.

**RESOLVE:**

Art. 1º. O assento de nascimento dos filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, será inscrito no livro "A", independentemente de prévia autorização judicial e .



*Conselho Nacional de Justiça*  
**Corregedoria Nacional de Justiça**

observada a legislação em vigor, no que for pertinente, mediante o comparecimento de ambos os pais, seja o casal heteroafetivo ou homoafetivo, munidos da documentação exigida por este provimento.

§ 1º. Se os pais forem casados ou conviverem em união estável, poderá somente um deles comparecer no ato de registro, desde que apresentado o termo referido no art. 2º, § 1º, inciso III deste Provimento.

§ 2º. Nas hipóteses de filhos de casais homoafetivos, o assento de nascimento deverá ser adequado para que constem os nomes dos ascendentes, sem haver qualquer distinção quanto à ascendência paterna ou materna.

Art. 2º. É indispensável, para fins de registro e da emissão da certidão de nascimento, a apresentação dos seguintes documentos:

I – declaração de nascido vivo – DNV;

II – declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando a técnica adotada, o nome do doador ou da doadora, com registro de seus dados clínicos de caráter geral e características fenotípicas, assim como o nome dos seus beneficiários;

III – certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal.

§ 1º. Nas hipóteses de doação voluntária de gametas ou de gestação por substituição, deverão ser também apresentados:

I – termo de consentimento prévio, por instrumento público, do doador ou doadora, autorizando, expressamente, que o registro de nascimento da criança a ser concebida se dê em nome de outrem;

II – termo de aprovação prévia, por instrumento público, do cônjuge ou de quem convive em união estável com o doador ou doadora, autorizando, expressamente, a realização do procedimento de reprodução assistida.

III – termo de consentimento, por instrumento público, do cônjuge ou do companheiro da beneficiária ou receptora da reprodução assistida, autorizando expressamente a realização do procedimento.

§ 2º. Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo – DNV.

§ 3º. Nas hipóteses de reprodução assistida *post-mortem*, além dos documentos elencados acima, conforme o caso, deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica.



*Conselho Nacional de Justiça*  
**Corregedoria Nacional de Justiça**

do falecido ou falecida para o uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público.

§ 4º. O conhecimento da ascendência biológica não importará no reconhecimento de vínculo de parentesco e dos respectivos efeitos jurídicos entre o doador ou a doadora e o ser gerado por meio da reprodução assistida.

Art. 3º. É vedada aos Oficiais Registradores a recusa ao registro de nascimento e emissão da respectiva certidão para os filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, nos termos deste Provimento.

§ 1º. A recusa prevista no *caput* deverá ser comunicada ao respectivo juiz corregedor para as providências disciplinares cabíveis.

§ 2º. Todos os documentos referidos no art. 2º deste Provimento deverão permanecer arquivados em livro próprio do Cartório de Registro Civil.

Art. 4º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de março de 2016.

  
**Ministra NANCY ANDRIGHI**  
**Corregedora Nacional de Justiça**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

**Protocolo SAPCOR n.º 2016.6.002731-5**

**Requerente:** Corregedoria Nacional de Justiça – Ministra Nancy Andrighi.

R.H.

De ordem, expeça-se ofício circular aos Cartórios de Registro Civil da Região Metropolitana de Belém, encaminhando cartazes para conhecimento da população do Registro Civil de crianças geradas a partir de métodos de reprodução assistida, bem como as clínicas especializadas em reprodução humana.

Após, archive-se.

Belém, 23 de maio de 2016.



Bela Claudia Rodrigues da Cunha

Chefe de Gabinete da CJRMB